

Magistratura Minas Gerais 2007

1. Pedro estava em viagem de férias quando o navio em que se encontrava naufragou. Hoje, decorridos mais de 6 meses desde o trágico naufrágio, nenhuma notícia há de Pedro, não tendo sido o seu corpo encontrado mesmo após incessante busca. Pedro não deixou representante ou procurador para a administração dos seus bens. À luz do Direito vigente, marque a alternativa CORRETA.

- (A) Depois de esgotadas as buscas e averiguações, poderá ser judicialmente declarada a morte presumida de Pedro, sem decretação de sua ausência. A sentença que declarar a morte resumida deverá fixar a data provável do falecimento.
- (B) Os bens de Pedro deverão ser arrecadados e, após decorridos 2 (dois) anos da arrecadação, será declarada a sua ausência e aberta a sucessão provisória.
- (C) Passados 2 (dois) anos do acidente, os interessados poderão requerer a declaração de ausência de Pedro, a abertura da sucessão provisória e, 20 (vinte) anos após encerrada esta, pedir seja aberta a sucessão definitiva.
- (D) O juiz, de ofício, ou a requerimento do Ministério Público, declarará a ausência de Pedro, nomeando preferencialmente o cônjuge como curador para a administração dos bens deixados.
- (E) Será declarada a morte presumida de Pedro, 10 (dez) anos após a decretação de sua ausência.

2. O Novo Código Civil trouxe uma série de inovações na disciplina das pessoas jurídicas de direito privado. Assinale abaixo a alternativa que NÃO corresponde ao atual regime das pessoas jurídicas no Novo Código Civil.

- (A) Se a pessoa jurídica tiver administração coletiva, as decisões serão tomadas pela maioria de votos dos presentes, salvo se o ato constitutivo dispuser de modo diverso.
- (B) Nas associações, a exclusão do associado só é admissível havendo justa causa, obedecido o disposto no estatuto; sendo este omissivo, poderá também ocorrer se for reconhecida a existência de motivos graves, em deliberação fundamentada, pela maioria absoluta dos presentes à assembléia geral especialmente convocada para este fim.
- (C) Quando insuficientes para constituir a fundação, os bens a ela destinados serão convertidos em títulos da dívida pública, se outra coisa não dispuser o instituidor, até que aumentados com os rendimentos ou novas dotações, perfaçam capital bastante.
- (D) Velará pelas fundações o Ministério Público do Estado onde situadas; se funcionarem no Distrito Federal ou em Território, caberá o encargo ao Ministério Público Federal.

(E) Nas associações compete privativamente à Assembléia Geral eleger e destituir administradores, aprovar as contas e alterar o estatuto.

3. O Novo Código Civil regula o negócio jurídico no Livro III, Título I. Sobre a disciplina dos negócios jurídicos é CORRETO afirmar que:

- (A) as condições de não fazer coisa impossível e as condições física ou juridicamente impossíveis, quando suspensivas, têm-se por inexistentes.
- (B) não dispondo a lei em contrário, a escritura pública é essencial à validade dos negócios jurídicos que visem à constituição, transferência, modificação ou renúncia de direitos reais sobre imóveis de valor superior a 10 (dez) vezes o maior salário mínimo vigente no País.
- (C) o silêncio não importa anuência, ainda quando as circunstâncias ou os usos o autorizarem e não for necessária declaração de vontade expressa.
- (D) é nulo de pleno direito o negócio concluído pelo representante em conflito de interesses com o representado, se tal fato er a ou devia ser do conhecimento de quem com ele contratou.
- (E) a incapacidade relativa de uma das partes não pode ser invocada pela outra em benefício próprio, nem aproveita aos co-interessados capazes, salvo se, neste caso, for indivisível o objeto do direito ou da obrigação comum.

4. Na regulamentação dos defeitos do negócio jurídico, significativas foram as alterações introduzidas pelo Novo Código Civil. Leia com ATENÇÃO as proposições abaixo.

- I) O erro não prejudica a validade do negócio jurídico quando a pessoa, a quem a manifestação de vontade se dirige, se oferecer para executá-la na conformidade da vontade real do manifestante.
- II) Configura-se a lesão quando alguém, premido da necessidade de salvar-se, ou a pessoa de sua família, de grave dano conhecido pela outra parte, assume obrigação excessivamente onerosa.
- III) Subsistirá o negócio jurídico se a coação decorrer de terceiro, sem que a parte a que aproveite dela tivesse ou devesse ter conhecimento, mas o autor da coação responderá por todas as perdas e danos que houver causado ao coacto.
- IV) No negócio jurídico viciado por lesão, não se decretará a anulação do negócio, se for oferecido suplemento suficiente, ou se a parte favorecida concordar com a redução do proveito. Marque a alternativa CORRETA.

- (A) As proposições I, III e IV são verdadeiras.
- (B) Todas as proposições são verdadeiras.
- (C) As proposições I, II e IV são verdadeiras.
- (D) As proposições I, II e III são verdadeiras.
- (E) Todas as proposições são falsas.

5. Marcos, Paulo e João são proprietários em condomínio de um lote situado no Município de Belo Horizonte. Marcos se indispôs com Paulo e João, razão pela qual decidiu doar sua quota parte do imóvel a um amigo. Assinale a alternativa CORRETA .

- (A) Marcos não pode doar a sua quota-parte no imóvel indiviso.
- (B) Marcos pode doar sua quota-parte, não assistindo aos demais condôminos qualquer direito de preferência.
- (C) Marcos pode doá-la, desde que respeite o direito de preferência dos demais condôminos.
- (D) Marcos, antes de doar, deve promover a divisão do lote, pois do contrário deverá observar

o direito de preferência dos demais condôminos.

(E) Marcos, para deixar o condomínio, não pode doar sua quota-parte, devendo requerer a alienação judicial do bem.

6. João doa um veículo a sua concubina Maria, enquanto ainda casado com Joana. Sobre a doação é CORRETO afirmar que:

(A) é nula de pleno direito, podendo Joana, a qualquer tempo, ingressar com a ação de nulidade da liberalidade.

(B) é nula de pleno direito, devendo, no entanto, ser ajuizada a ação declaratória de nulidade no prazo de 4 (quatro) anos contados do ato negocial.

(C) é anulável a requerimento de Joana, ou de seus herdeiros necessários, até dois anos após dissolvida a sociedade conjugal.

(D) é inexistente, não produzindo qualquer efeito jurídico.

(E) é anulável a requerimento de Joana, ou de seus herdeiros necessários, até dois anos após registrada a escritura de doação.

7. Acerca da validade dos negócios jurídicos é CORRETO afirmar que:

(A) quando a lei dispuser que determinado ato é anulável, sem estabelecer prazo para pleitear se a anulação, será este de 2 (dois) anos, a contar da data da conclusão do ato.

(B) o negócio jurídico nulo é suscetível de confirmação, bastando para a convalidação o simples decurso do tempo.

(C) o negócio jurídico é anulável por vício resultante de erro, dolo, coação, simulação, fraude, lesão, estado de perigo ou fraude contra credores.

(D) na simulação, o negócio jurídico dissimulado subsistirá quando o fim a que visavam as partes permitir supor que o teriam querido, ainda que no negócio simulado não tenha sido observada a forma do dissimulado.

(E) resultando a anulabilidade do ato da falta de autorização de terceiro, impossível será sua convalidação ainda que posteriormente obtida a anuência.

8. Leia com ATENÇÃO as proposições abaixo.

I) Nas obrigações em que há solidariedade ativa, pode o devedor opor a um dos credores solidários as exceções pessoais oponíveis aos outros.

II) Pode terceiro assumir a obrigação do devedor, com o consentimento expresso do credor, ficando, nesta hipótese, exonerado definitivamente o devedor primitivo e extintas, automaticamente, todas as garantias que não se restabelecem, ainda que anulada a substituição.

III) Segundo o novo Código Civil brasileiro, é nula toda e qualquer convenção de pagamento em ouro e moeda estrangeira, bem como para compensar a diferença entre o valor desta e o da moeda nacional, estando revogadas as exceções antes previstas na legislação especial.

IV) Nas arras penitenciais, se a parte que as recebeu não executar o contrato, poderá a que as deu haver o contrato por desfeito, e exigir sua devolução mais o equivalente, com atualização monetária segundo índices oficiais regularmente estabelecidos, juros e honorários de advogado. Não é admissível indenização suplementar. Considerando as proposições supra, marque a alternativa CORRETA.

(A) Todas as proposições são verdadeiras.

(B) As proposições I e II são verdadeiras.

- (C) As proposições I, III e IV são verdadeiras.
- (D) Todas as proposições são falsas.
- (E) As proposições I, II e IV são verdadeiras.

9. Segundo disciplina do Novo Código Civil, estão sujeitos ao regime da curatela, EXCETO:

- (A) os deficientes mentais, os ébrios habituais e os viciados em tóxicos.
- (B) os pródigos.
- (C) aqueles que, por enfermidade ou deficiência mental, não tiverem o necessário discernimento para os atos da vida civil.
- (D) os filhos menores, com o falecimento dos pais.
- (E) o nascituro, se o pai falecer estando grávida a mulher, e não tendo o poder familiar.

10. Sobre a disciplina dos Direitos Reais de Garantia no Novo Código Civil é CORRETO afirmar que:

- (A) qualquer que seja a espécie de penhor, sua constituição sempre pressupõe a transferência efetiva da posse pelo devedor ao credor de coisa móvel, suscetível de alienação.
- (B) são direitos do credor pignoratício reconhecidos no novo Código Civil, entre outros: o de apropriar-se dos frutos da coisa empenhada que se encontra em seu poder; o de promover a venda antecipada, independentemente de prévia autorização judicial, sempre que haja receio fundado de que a coisa empenhada se perca ou deteriore.
- (C) na excussão judicial da garantia hipotecária, realizada a praça, o executado poderá, até a assinatura do auto de arrematação ou até que seja publicada a sentença de adjudicação, remir o imóvel hipotecado, oferecendo preço igual ao da avaliação. Igual direito caberá ao cônjuge, aos descendentes ou ascendentes do executado.
- (D) o penhor de veículos só se pode convencionar pelo prazo máximo de 1 (um) ano, prorrogável até o limite de igual tempo.
- (E) a hipoteca não pode jamais ser constituída para garantia de dívida futura ou condicionada, ainda que determinado o valor máximo do crédito a ser garantido.

11. Pedro edificou, de boa-fé, casa em terreno que acreditava lhe pertencer na totalidade. Constatou, porém, após o término da construção, que por um erro da descrição das linhas limítrofes de seu registro, parte da edificação invadiu metade do terreno de seu vizinho. Assim, parte da casa encontra-se em terreno próprio e parte ocupa metade do terreno alheio. Marque, a seguir, a alternativa CORRETA.

- (A) Pedro adquirirá a propriedade da área invadida, devendo pagar o décuplo do valor do terreno perdido e o da desvalorização da área remanescente.
- (B) Pedro, embora esteja de boa-fé, terá que demolir a parte da construção que invadiu o terreno alheio, ainda que com grave prejuízo para a edificação.
- (C) Pedro, independentemente de sua boa ou má-fé, adquire a propriedade da parte do solo invadido, mediante o pagamento de indenização correspondente ao valor do terreno objeto da invasão.
- (D) Pedro adquirirá a propriedade da parte do solo invadido apenas se o valor da construção exceder o valor do terreno.
- (E) Estando Pedro de boa-fé, adquire a propriedade da parte do solo invadido, e responde por perdas e danos que abranjam o valor que a invasão acrescer à construção, mais o da área perdida e o da desvalorização da área remanescente.

12. O novo Código Civil inovou significativamente na regulamentação do Direito de Família. Algumas inovações foram bem recepcionadas pela comunidade acadêmica; outras, nem tanto. Assinale a alternativa abaixo que NÃO corresponde a atual disciplina das relações de família no novo Código Civil.

- (A) O homem e a mulher com 16 (dezesesseis) anos podem casar, exigindo-se autorização de ambos os pais, ou de seus representantes legais, enquanto não atingida a maioridade civil, sob pena de anulabilidade.
- (B) Podem os cônjuges, ou a entidade familiar, mediante escritura pública ou testamento, destinar parte de seu patrimônio para instituir bem de família, desde que não ultrapasse 1/2 (metade) do patrimônio líquido existente ao tempo da instituição, mantidas as regras sobre a impenhorabilidade do imóvel residencial estabelecida em lei especial.
- (C) Decorrido 1 (um) ano do trânsito em julgado da sentença que houver decretado a separação judicial, ou da decisão concessiva da medida cautelar de separação de corpos, qualquer das partes poderá requerer sua conversão em divórcio.
- (D) É admissível alteração do regime de bens, mediante autorização judicial em pedido motivado de ambos os cônjuges, apurada a procedência das razões invocadas e ressalvados os direitos de terceiros.
- (E) Se o cônjuge declarado culpado na separação judicial vier a necessitar de alimentos, e não tiver parentes em condições de prestá-los, nem aptidão para o trabalho, o outro cônjuge será obrigado a assegurá-los, fixando o juiz o valor indispensável à sobrevivência.

13. Pedro e Maria casaram-se, em fevereiro de 2003, sob o regime da separação absoluta de bens. Diante do regime de bens do casamento entre ambos, assinale a alternativa INCORRETA.

- (A) Tanto Pedro quanto Maria podem livremente desobrigar ou reivindicar os imóveis que tenham sido gravados ou alienados sem o seu consentimento ou sem suprimento judicial.
- (B) Ambos os cônjuges são obrigados a contribuir para as despesas do casal na proporção dos rendimentos de seu trabalho e de seus bens, salvo estipulação em contrário no pacto antenupcial.
- (C) Nenhum dos cônjuges pode, sem autorização do outro, alienar ou gravar de ônus real os bens imóveis, ou pleitear, como autor ou réu, acerca desses bens ou direitos.
- (D) Pedro e Maria não necessitam da autorização um do outro para prestar fiança ou aval.
- (E) Tanto Pedro como Maria podem livremente reivindicar os bens comuns, móveis e imóveis, doados ou transferidos pelo outro cônjuge ao concubino, desde que provado que os bens não foram adquiridos pelo esforço comum destes, se o casal estiver separado de fato por mais de 5 (cinco) anos.

14. Leia com ATENÇÃO as proposições abaixo.

- I) Segundo disciplina do Código de Defesa do Consumidor, a responsabilidade civil do fornecedor de serviços e a responsabilidade pessoal dos profissionais liberais têm idêntica natureza: objetiva.
- II) A responsabilidade contratual do transportador por acidente com o passageiro não é elidida por culpa de terceiro, contra o qual tem ação regressiva.
- III) Ainda que não haja culpa de sua parte, os pais são, também, responsáveis pela reparação civil dos danos causados a terceiros pelos filhos menores que estiverem sob sua autoridade e em sua companhia.
- IV) O incapaz jamais responde pelos prejuízos que causar a terceiros, ficando sempre o seu

patrimônio incólume aos efeitos da responsabilidade civil. Em relação às proposições relacionadas, marque a alternativa CORRETA.

- (A) As proposições I, II e III são verdadeiras.
- (B) As proposições II, III e IV são verdadeiras.
- (C) As proposições I, III e IV são verdadeiras.
- (D) As proposições II e III são verdadeiras.
- (E) As proposições II e IV são verdadeiras.

15. Pedro e Maria viviam em união estável. Pedro faleceu em 1º de janeiro de 2003, deixando dois filhos comuns havidos de sua convivência com Maria e um filho de um relacionamento efêmero. Todos os bens deixados por Pedro foram adquiridos onerosamente e pelo esforço comum, durante o período da união estável. Além da meação, Maria na sucessão de Pedro terá direito:

- (A) ao usufruto da quarta parte dos bens do de cujus e ao direito real de habitação relativamente ao imóvel destinado à residência da família, enquanto viver e não constituir nova união.
- (B) a uma quota parte equivalente à que por lei for atribuída aos filhos.
- (C) a uma quota parte equivalente à metade do que couber a cada um dos filhos.
- (D) ao usufruto da metade dos bens do de cujus, enquanto não constituir nova união.
- (E) a uma quota parte equivalente à que por lei for atribuída aos filhos, além do direito real de habitação relativamente ao imóvel destinado à residência da família, enquanto viver e não constituir nova união.

16. Considerando as inovações do Novo Código Civil, assinale a alternativa INCORRETA.

- (A) Os descendentes, os ascendentes e o cônjuge são herdeiros necessários.
- (B) O co-herdeiro não poderá ceder sua cota hereditária a pessoa estranha à sucessão, se outro co-herdeiro a quiser, tanto por tanto.
- (C) Na sucessão testamentária, quando contemplados os filhos ainda não concebidos de pessoas indicadas pelo testador, os bens da herança serão confiados a curador nomeado pelo juiz e, se decorridos 3 (três) anos da abertura da sucessão não for concebido o herdeiro esperado, os bens reservados caberão aos herdeiros legítimos.
- (D) Somente é reconhecido direito sucessório ao cônjuge sobrevivente se, ao tempo da morte do outro, não estavam separados judicialmente, nem separados de fato há mais de 2 (dois) anos, salvo prova, neste caso, de que essa convivência se tornara impossível sem culpa do sobrevivente.
- (E) São anuláveis as disposições testamentárias inquinadas de erro, dolo ou coação, extinguindo-se em 4 (quatro) anos o direito de anular a disposição, contados de quando o interessado tiver conhecimento do vício.

17. Estabelece o parágrafo 1º, do art. 267, do CPC, que o Juiz ordenará, no caso do n.III (o autor abandonar a causa por mais de 30 dias), o arquivamento dos autos, declarando a extinção do processo, se a parte não suprir a falta em:

- (A) 24 horas, após a publicação no órgão oficial.
- (B) 24 horas, após sua intimação pessoal.
- (C) 48 horas, após sua intimação pessoal.

- (D) 5 dias, após sua intimação pessoal.
- (E) 48 horas, após a publicação no órgão oficial.

18. Quando se verificar que o réu é demente ou está impossibilitado de receber a citação, reconhecida a impossibilidade, o Juiz:

- (A) dará ao citando um defensor dativo que ficará responsável pelos atos posteriores da causa.
- (B) dará curador especial à lide, ficando incumbido de proceder à defesa do réu.
- (C) dará ao citando um curador, observando, quanto à escolha, a preferência estabelecida na lei civil, ficando a nomeação restrita à causa, sendo, então, feita a citação na pessoa do curador, que incumbirá da defesa do réu.
- (D) dará ao citando um curador, obedecendo-se o que estabelecem os arts. 1.177 e seguintes do CPC (da curatela dos interditos) e que incumbirá da defesa do réu.
- (E) dará ao citando um curador provisório, suspendendo o processo, até que a situação se restabeleça.

19. Na liquidação da sentença por arbitramento e na liquidação por artigos, a citação do réu far-se-á:

- (A) pelo correio.
- (B) na pessoa de seu advogado, constituído nos autos.
- (C) por oficial de justiça, pessoalmente.
- (D) por publicação no diário oficial e em jornal local, se houver.
- (E) por hora certa ou, eventualmente, por edital.

20. Prorroga-se a competência se:

- (A) o réu não opuser exceção declinatória do foro e de juízo, no caso e prazo legais.
- (B) houver conflito de competência.
- (C) a incompetência for relativa.
- (D) o réu não opuser exceção de impedimento.
- (E) o réu não opuser exceção de suspeição.

21. O Juiz, ao designar a data da audiência de instrução e julgamento, não estabeleceu prazo para o depósito em cartório do rol de testemunhas pelas partes, omitindo-se a respeito. O rol poderá ser, então, apresentado até:

- (A) 5 dias antes da audiência.
- (B) a data da audiência.
- (C) 24 horas antes da audiência.
- (D) 48 horas antes da audiência.
- (E) 10 dias antes da audiência.

22. Interposto o recurso, a medida cautelar será requerida diretamente:

- (A) ao Juiz da causa.
- (B) ao protocolo em primeiro grau.
- (C) ao Tribunal.

- (D) à diretoria geral do Tribunal.
- (E) por dependência, à secretaria da respectiva vara.

23. Se o autor da herança era comerciante em nome individual, conforme constou das primeiras declarações no inventário, o Juiz deverá ordenar:

- (A) a apuração de haveres.
- (B) o balanço do estabelecimento.
- (C) a avaliação por avaliador judicial.
- (D) a avaliação por perito nomeado.
- (E) que o inventariante estime o respectivo valor, ouvindo o fisco a respeito.

24. A sentença no procedimento de jurisdição voluntária poderá ser modificada, sem prejuízo dos efeitos já produzidos:

- (A) de ofício pelo Juiz, a qualquer tempo, se ocorrerem circunstâncias supervenientes.
- (B) a requerimento do interessado, se ocorrerem circunstâncias supervenientes.
- (C) a requerimento do interessado, por haver esquecido de juntar prova documental relevante.
- (D) a requerimento do Ministério Público.
- (E) a requerimento das partes, no prazo recursal, se ocorrerem circunstâncias supervenientes.

25. A sentença de interdição produz efeito:

- (A) desde logo, embora sujeita a apelação.
- (B) após o trânsito em julgado.
- (C) após a sua publicação pela imprensa local e pelo órgão oficial.
- (D) após sua inscrição no registro de pessoas naturais.
- (E) após o compromisso do curador nomeado.

26. Se o direito em litígio não admitir transação, ou se as circunstâncias da causa evidenciarem ser improvável sua obtenção, o juiz poderá, desde logo:

- (A) sanear o processo e ordenar a produção das provas a serem produzidas, designando audiência de instrução e julgamento, se necessário.
- (B) julgar a lide antecipadamente, acreditando na desnecessidade de produção de prova em audiência.
- (C) designar, de qualquer forma, a audiência preliminar a realizar-se no prazo de 30 dias, intimando-se as partes.
- (D) sanear o processo, nomeando perito.
- (E) designar a audiência de instrução e julgamento.

27. Os embargos de terceiro, quando a apreensão judicial ocorre no processo de conhecimento, podem ser opostos:

- (A) a qualquer tempo, enquanto não for proferida a sentença.
- (B) antes de o juiz sanear o processo.
- (C) a qualquer tempo, enquanto não transitada em julgado a sentença.
- (D) antes da designação da audiência de instrução e julgamento.

(E) antes da resposta do réu.

28. A perempção consiste em ocasionar o autor:

- (A) a paralisação do processo por mais de um ano, negligentemente, juntamente com o réu, dando causa à sua extinção.
- (B) a extinção do processo, por 3 vezes, pelo fundamento previsto no n. III do art. 267, do CPC.
- (C) a extinção do processo, por 2 vezes, pelo fundamento previsto no n. III do art. 267, do CPC .
- (D) a extinção do processo, por 3 vezes, pelo fundamento previsto no inciso VIII, do art. 267 (desistência da ação).
- (E) a extinção do processo, por abandonar a causa por mais de 30 dias (art. 267, III, CPC).

29. Nos casos de extinção do processo sem julgamento do mérito (art. 267 do CPC), havendo apelação, o tribunal pode julgar desde logo a lide se a causa versar questão:

- (A) de direito e de fato, aplicando o disposto no art. 330, I, do CPC.
- (B) de direito e de fato, por economia processual.
- (C) unicamente de direito, em qualquer hipótese.
- (D) exclusivamente de direito e estiver em condições de imediato julgamento.
- (E) de direito e de fato, verificando a ocorrência de prescrição ou a decadência.

30. Indeferida a petição inicial, havendo apelação pelo autor, pode o juiz reformar sua decisão:

- (A) após as contra-razões.
- (B) após feito o preparo.
- (C) no prazo de 24 horas.
- (D) no prazo de 48 horas, remetendo, em seguida, os autos ao tribunal competente.
- (E) no prazo de 48 horas.

31. Na ação monitória, os embargos:

- (A) serão oferecidos no prazo de 15 dias, suspendem a eficácia do mandado inicial, independem de prévia segurança do juízo e serão processados nos próprios autos pelo procedimento ordinário.
- (B) serão oferecidos no prazo de 10 dias, suspendem a eficácia do mandado inicial, independem de prévia segurança do juízo e serão processados nos próprios autos pelo procedimento ordinário.
- (C) serão oferecidos no prazo de 15 dias, suspendem a eficácia do mandado inicial, independem de prévia segurança do juízo e serão processados em apenso pelo procedimento ordinário.
- (D) serão oferecidos no prazo de 15 dias, suspendem a eficácia do mandado inicial, independem de prévia segurança do juízo e serão processados nos próprios autos pelo procedimento especial.
- (E) serão oferecidos no prazo de 10 dias, suspendem a eficácia do mandado inicial, independem de prévia segurança do juízo e serão processados em apenso pelo procedimento ordinário.

32. A “actio duplex” de uma ação possessória consiste em poder:

- (A) o juiz outorgar ao autor o interdito possessório correto, apesar de haver a petição inicial feito referência a outro interdito possessório.
- (B) o autor cumular o pedido possessório com a condenação em perdas e danos.
- (C) o réu, alegando ser o proprietário do imóvel, demandar a proteção possessória e a indenização pelos prejuízos resultantes da turbação cometida pelo autor.
- (D) o réu, na própria contestação, alegando que foi o ofendido em sua posse, demandar a proteção possessória e a indenização pelos prejuízos resultantes do esbulho cometido pelo autor.
- (E) o réu, em reconvenção, alegando que foi o ofendido em sua posse, demandar a proteção possessória e a indenização pelos prejuízos resultantes da turbação ou do esbulho cometido pelo autor.

33. Das infrações abaixo relacionadas, apenas uma admite a possibilidade de tentativa punível.

Assinale a alternativa CORRETA.

- (A) Crimes omissivos próprios.
- (B) Crimes unissubsistentes.
- (C) Contravenções penais.
- (D) Crimes condicionados.
- (E) Crimes instantâneos.

34. No dolo eventual há:

- (A) previsão sem aceitação do resultado.
- (B) aceitação sem previsão do resultado.
- (C) finalidade de realização dos elementos do tipo.
- (D) imprevisão do resultado.
- (E) previsão e aceitação do resultado.

35. O arrependimento eficaz, para que produza os efeitos penais previstos em lei, deve ocorrer:

- (A) depois da consumação do crime.
- (B) durante a execução do crime, com interrupção dessa fase.
- (C) após a fase de preparação e antes de iniciada a execução do crime.
- (D) após o término da execução, mas antes da consumação do crime.
- (E) após a consumação, mas antes do exaurimento do crime.

36. Assinale a alternativa INCORRETA.

- (A) O erro sobre pessoa constitui erro essencial.
- (B) O erro de tipo escusável é erro essencial.
- (C) No erro sobre pessoa há erro de representação.
- (D) O erro de proibição invencível exclui o dolo.

(E) Na “aberratio delicti” há erro de execução.

37. Aquele que é atacado por um cachorro, de elevado valor econômico, que havia fugido do canil em que se encontrava, sem que, para tanto, alguém tivesse contribuído, seja com dolo ou culpa, e, para defender-se, mata o animal:

- (A) age em legítima defesa.
- (B) age em estado de necessidade.
- (C) age no exercício regular do direito de preservar a própria vida ou a sua integridade corporal.
- (D) não pode ser punido por ausência de tipicidade.
- (E) não pode ser punido por ausência de culpabilidade.

38. Na hipótese de um funcionário público, valendo-se de facilidade que lhe proporciona o cargo que ocupa, vir a subtrair, com auxílio de pessoa que não é servidor, bem que se encontrava na repartição em que aquele trabalhava, é CORRETO afirmar que:

- (A) ambos serão punidos por furto simples.
- (B) o funcionário comete crime de peculato-furto e, o terceiro, crime de furto qualificado.
- (C) ambos deverão ser punidos por peculato-furto.
- (D) ambos deverão ser punidos por crime de furto qualificado (mediante o concurso de duas ou mais pessoas).
- (E) o funcionário público comete crime de peculato- furto e, o terceiro, furto simples.

39. Assinale a alternativa CORRETA.

- (A) Queixa é o pedido feito pela parte ofendida ou, se incapaz, pelo seu representante legal, para que um inquérito policial seja instaurado, por crime de ação privada.
- (B) Representação é o pedido necessariamente feito ao Ministério Público para instauração de ação penal, nos crimes de ação pública condicionada.
- (C) Denúncia é o pedido feito pelo Ministério Público ao Juiz para que este requirite a instauração de inquérito policial, nos crimes de ação pública plena ou condicionada.
- (D) Queixa concorrente é aquela que pode ser oferecida pela parte ofendida nos crimes de ação penal pública plena, tendo havido ou não inércia do Ministério Público em relação ao oferecimento de denúncia.
- (E) Queixa subsidiária é o pedido feito pela parte ofendida ou, se incapaz, pelo seu representante legal, representados por advogado, ao Juiz, tendo em vista a inércia do Ministério Público em relação ao oferecimento da denúncia nos crimes de ação penal pública.

40. Assinale a alternativa CORRETA.

- (A) O prazo da prescrição superveniente começa a correr do dia em que a sentença condenatória transita em julgado, tanto para a acusação como para a defesa.
- (B) A prescrição da pretensão punitiva regula-se necessariamente pela pena “in abstracto”.
- (C) O requerimento para instauração do inquérito policial feito pela vítima interrompe o prazo de decadência do direito de queixa, nos crimes de ação privada.
- (D) A reincidência interrompe a contagem do prazo da prescrição da pretensão punitiva.
- (E) O acórdão do tribunal que dá provimento ao recurso ministerial interposto contra sentença

absolutória de primeiro grau gera a interrupção prescricional.

41. Assinale a alternativa CORRETA.

- (A) Qualquer pessoa pode ser sujeito passivo do crime de induzimento ao suicídio.
- (B) A parte final do art. 124 do Código Penal contém exceção à regra geral relativa ao concurso de pessoas.
- (C) Não pode haver crime de aborto se a gravidez estiver na fase embrionária.
- (D) No homicídio, o motivo fútil pode concorrer com a causa especial de diminuição de pena prevista para aquele que comete o crime sob o domínio de violenta emoção logo em seguida à injusta provocação da vítima.
- (E) A morte da gestante, decorrente de aborto nela praticado, só qualifica o crime de aborto se houve dolo direto ou eventual do agente em relação a esse resultado.

42. Assinale a alternativa INCORRETA, de acordo com as normas estabelecidas pelo Código Penal Brasileiro relativamente à relação de causa e efeito entre a ação e o resultado nos crimes materiais.

- (A) As causas preexistentes ou concomitantes relativamente independentes excluem a imputação do resultado ao autor da ação.
- (B) As causas supervenientes absolutamente independentes impedem a imputação do resultado ao autor da ação.
- (C) As causas supervenientes relativamente independentes excluem a imputação do resultado do autor da ação.
- (D) As causas preexistentes ou concomitantes absolutamente independentes impedem a imputação do resultado ao autor da ação.
- (E) O legislador brasileiro, no tocante à questão de nexos de causalidade, adotou a teoria da *conditio sine qua non*, sem restrições.

43. De acordo com a teoria finalista da ação, assinale a alternativa INCORRETA.

- (A) a consciência da antijuridicidade foi incluída como elemento da culpabilidade, com a exigência da sua efetividade e atualidade no momento da ação.
- (B) o dolo foi retirado do conceito da culpabilidade e, ao mesmo tempo, esvaziado do seu elemento normativo, em oposição à teoria psicológica-normativa da culpabilidade então dominante.
- (C) a consciência da ilicitude deixou de integrar o conceito do dolo, passando a constituir um dos elementos da culpabilidade, em contraposição à teoria psicológica-normativa da culpabilidade.
- (D) o dolo é natural, pertence à ação.
- (E) o dolo situa -se no tipo penal.

44. Assinale a alternativa INCORRETA.

- (A) De acordo com doutrina e jurisprudência absolutamente dominantes, o crime previsto no art. 180, "caput", exige e, para sua configuração, o dolo direto, não bastando o dolo eventual.
- (B) O crime de dano tem natureza subsidiária.
- (C) Qualquer pessoa imputável pode cometer o crime de receptação dolosa.
- (D) Quando o agente tem a detenção da coisa, é indispensável, para a caracterização do

crime de apropriação indébita, dentre outros requisitos, que ele tenha disponibilidade de fato sobre ela.

(E) O crime de violação de segredo profissional é crime de dano.

45. José Maria recebeu de Mário de Souza, seu amigo, que precisava viajar, um cheque assinado em branco, para que fosse preenchido com o valor da prestação de um financiamento em atraso, acrescida dos juros de mora, cujo montante ele desconhecia. Traíndo a confiança do amigo, José Maria preencheu o cheque com valor muito superior ao do débito e foi ao Banco para descontá-lo. O caixa do Banco, porém, desconfiado de alguma coisa, ligou para Mário, de quem também era amigo, descobrindo, então, toda intenção de José Maria. Chamou a Polícia na hora, que efetuou a prisão em flagrante deste. Assinale a alternativa CORRETA.

(A) José Maria cometeu o crime de falsificação de documento particular.

(B) José Maria cometeu o crime de falsificação de documento público.

(C) José Maria cometeu o crime de estelionato.

(D) José Maria cometeu o crime de falsidade ideológica.

(E) José Maria cometeu o crime de apropriação indébita.

46. Assinale a alternativa INCORRETA.

(A) Em relação à eficácia da lei no espaço, o Código Penal Brasileiro adotou, como regra geral, em seu artigo 5º, o princípio da territorialidade.

(B) O princípio da defesa é o inspirador das normas contidas no artigo 7º, inciso I, do Código Penal Brasileiro.

(C) As medidas pro ovisórias podem criminalizar ou descriminalizar fatos, desde que digam respeito à matéria econômica e financeira.

(D) Na definição do lugar do crime, o Código Penal Brasileiro adotou a teoria da ubiqüidade.

(E) No tocante à eficácia da lei penal no tempo, o Código Penal Brasileiro inspirou-se na teoria da atividade para definir o momento em que se considera praticado o crime.

47. Assinale a alternativa CORRETA.

(A) A exceção da verdade só se pode admitir nos crimes contra a honra objetiva.

(B) Relativamente aos crimes contra a honra, só o advogado tem direito à imunidade judiciária.

(C) A retratação, em relação aos crimes contra a honra, definidos no Código Penal, pode dar-se antes de oferecida a queixa criminal, impedindo a instauração da ação penal.

(D) O pedido de explicações em juízo, formulado com base no artigo 144 do Código Penal, suspende o curso do prazo decadencial.

(E) O crime de calúnia só é compatível com o dolo direto.

48. Assinale a alternativa CORRETA.

(A) Quem mata uma pessoa e depois oculta o cadáver, comete dois crimes em concurso formal.

(B) Quem adquire, guarda durante algum tempo e depois vende, de uma só vez, substância entorpecente, age em continuidade delitiva.

(C) Reconhecida continuidade delitiva, a pena aplicada poderá ser superior àquela que seria cabível, se reconhecido o concurso material de crimes.

(D) Quem agarra à força uma mulher e, mediante ameaça, dá-lhe alguns beijos, passa-lhe as mãos pelo corpo, excitando-se, para logo em seguida manter com ela conjunção carnal, deve ser punido apenas pelo crime de estupro, desprezando-se os atos libidinosos diferentes da conjunção praticados.

(E) Na hipótese de concurso formal de crimes, a pena aplicada não poderá exceder o máximo de pena cominada ao delito mais grave.

49. Sobre o inquérito policial é CORRETO afirmar que:

(A) o Juiz, de ofício, pode mandar arquivar o inquérito policial.

(B) o auto de prisão em flagrante, lavrado contra menor de 21 (vinte e um) anos, sem a nomeação de curador, deve ser considerado nulo, embora o indiciado preso tenha sido assistido por advogado.

(C) o princípio do contraditório torna exigível a presença do advogado no inquérito policial estando preso o indiciado.

(D) estando o indiciado preso em razão de flagrante, como autor do crime de tráfico (art. 12 da Lei 6368/76), se a autoridade policial justificar o pedido e o Juiz consentir, o prazo para conclusão do inquérito policial pode ser de até 30 (trinta) dias.

(E) nenhuma das opções é correta.

50. Assinale a alternativa CORRETA.

Em razão de conexão, foram pronunciados os réus Silvério, incurso no artigo 121 caput do Código Penal, e Bernardino, incurso no artigo 129, parágrafo 1º, inciso I, do Código Penal. Levados a julgamento popular e desmembrado o júri por provocação dos defensores, Silvério foi julgado sozinho, tendo sido absolvido, face ao reconhecimento da legítima defesa. A decisão transitou em julgado. Assim:

(A) firmada a sua competência anteriormente, o tribunal do júri deverá ser convocado para o julgamento do acusado Bernardino.

(B) o réu Bernardino deverá ser julgado pelo Juiz singular, considerada a perda da competência do júri.

(C) o réu Bernardino deverá ser julgado pelo Juiz presidente do tribunal do júri.

(D) o júri deverá ser convocado e, explicitadas as razões da perda da sua competência, será o conselho de sentença dissolvido, passando o julgamento para o Juiz singular.

(E) a decisão absolutória do acusado Silvério, por força do artigo 580 do Código de Processo Penal, deverá ser estendida ao réu Bernardino.

51. Assinale a alternativa CORRETA.

A denúncia registra que o réu cometeu crime de roubo, contando com a participação de um menor de 16 (dezesesseis) anos de idade, devidamente identificado. O fato foi capitulado como roubo simples (artigo 157, caput, do Código Penal). Qual a providência que o Juiz deve tomar ao prolatar a sentença ?

(A) Conceder vista ao Ministério Público para o devido aditamento.

(B) Condenar o réu por roubo qualificado pelo concurso de pessoas (artigo 157, parágrafo 2º, item II do Código Penal).

(C) Anular o processo, desde o início, por inépcia da denúncia.

(D) Condenar o réu conforme capitulação da denúncia.

(E) Conceder vista à defesa para, querendo, produzir provas.

52. Assinale a alternativa CORRETA.

Honorina Calado, pobre no sentido legal, foi vítima do crime de estupro, tendo ofertado representação no prazo de Lei, contra o autor Luiz Bernardino. Durante a instrução, apurou-se que Honório teve participação no fato delituoso. Assim, poderá o órgão do Ministério Público:

- (A) aditar a denúncia contra Honório, se dentro do prazo decadencial, a ofendida oferecer nova representação.
- (B) aditar a denúncia, se ofertada nova representação, ainda que tenha fluído o prazo decadencial.
- (C) aditar a denúncia, se dentro do prazo decadencial, ainda que nova representação não tenha sido ofertada.
- (D) não poderá aditar a denúncia, restando à ofendida ajuizar queixa-crime subsidiária.
- (E) aditar a denúncia, sem a necessidade de nova representação.

53. No que concerne à prova, no processo penal, é CORRETO afirmar que:

- (A) a prova testemunhal sempre poderá suprir o exame de corpo delito.
- (B) se houver co-réus, em virtude de conexão ou continência, poderão ser todos interrogados conjuntamente.
- (C) de acordo com o princípio da aquisição, a prova produzida não pertence à parte que a produziu, servindo a ambos os litigantes, e ao interesse da justiça.
- (D) o Juiz não poderá proceder a mais de um interrogatório do réu, sendo impositiva a observância irrestrita do procedimento traçado para determinada infração.
- (E) a confissão será indivisível e retratável, sem prejuízo do livre convencimento do Juiz, fundado no exame das provas em conjunto.

54. Sobre a audiência de testemunhas, é CORRETO afirmar que:

- (A) o Juiz, ao receber os autos de inquérito, na fase de recebimento da denúncia e, na oportunidade, dá -se por impedido, não pode ser ouvido nesse processo como testemunha judicial.
- (B) o perito subscritor de laudo técnico juntado aos autos não pode ser ouvido como testemunha.
- (C) o Juiz não pode, de ofício, determinar a oitiva de testemunha não arrolada na denúncia ou na defesa prévia, no momento em que se inicia a produção de provas.
- (D) constitui nulidade absoluta a falta de requisição do réu preso para a audiência de oitiva de testemunhas via carta precatória.
- (E) a ausência do acusado na audiência de instrução e julgamento, com oitiva de testemunhas, gera nulidade absoluta do processo, independentemente da comprovação do prejuízo.

55. Sobre a prova no processo penal, é CORRETO afirmar que:

- (A) o Juiz é livre para apreciar a prova, embora deva fundamentar as suas decisões, inclusive no contexto do tribunal do júri, em que impera o princípio do livre convencimento motivado.
- (B) quando ocorrer na fase extrajudicial, a confissão é apenas um indício, portanto, uma prova indireta, se produzida sem o vício da ilicitude.
- (C) a confissão judicial é meio de prova direta e, por si só, torna-se absoluta, sendo bastante para levar à condenação.
- (D) o ônus da prova cabe exclusivamente à acusação, sendo defeso ao Juiz produzir prova,

ainda que a considere necessária para o julgamento.
(E) nenhuma das opções é correta.

56. Sobre o assistente do Ministério Público, é CORRETO afirmar que:

- (A) não pode pleitear a cassação da liberdade provisória, concedida na fase da pronúncia, se com ela concordou o representante do Ministério Público.
- (B) a vítima, amparada por atestado de pobreza, não pode constituir advogado como assistente nos crimes contra os costumes, sob pena da ação penal perder a sua condição de pública mediante representação.
- (C) pode ser admitido e ter atuação na fase do inquérito policial.
- (D) pode fazer aditamento da denúncia.
- (E) o co-réu, na ação penal a que responde pelo crime de lesões corporais recíprocas pode, na condição de ofendido, ser admitido como assistente.

57. Assinale a alternativa CORRETA.

A polícia, através de telefonema anônimo, recebeu notícia que Matusalém, conhecido traficante, guardava substância entorpecente em sua casa e iria repassá-la. Foi armado um esquema para surpreendê-lo, tendo sido efetivada a prisão quando o traficante saía da casa levando a droga. Em qual tipo de prisão em flagrante se enquadra o preso ?

- (A) Flagrante preparado.
- (B) Flagrante próprio.
- (C) Flagrante impróprio.
- (D) Flagrante presumido.
- (E) Flagrante esperado.

58. Assinale a alternativa CORRETA.

Conceder-se-á a fiança:

- (A) nos crimes punidos com reclusão, cuja pena mínima cominada seja superior a 2 (dois) anos.
- (B) nos crimes punidos com reclusão em que a pena mínima cominada seja igual a 1 (um) ano.
- (C) quando o réu se livra solto.
- (D) quando tratar -se de sentença do juízo cível, a pena de prisão não for superior a 60 (sessenta) dias, e somente para fins de recurso.
- (E) em todas as hipóteses tipificadas na Lei das Contravenções Penais.

59. Sobre os Juizados Especiais Criminais, é CORRETO afirmar que:

- (A) a composição civil de danos, instituto de natureza exclusivamente penal, constitui causa extintiva da punibilidade.
- (B) nos casos de prática de infração penal de menor potencial ofensivo, ao tomar conhecimento da sua ocorrência, a lavratura do termo circunstanciado é da competência da autoridade policial, entendendo-se por esta o agente do poder público que atua no policiamento ostensivo (Polícia Militar) ou investigatório (Polícia Judiciária).
- (C) a Lei dos Juizados Especiais Federais (Lei 10.259/01), por dizer respeito exclusivamente às infrações a serem apuradas, processadas e julgadas perante a Justiça Federal, não alargou o conceito de infração de menor potencial ofensivo constante da Lei 9.099/95, ao

definir como infração de menor potencial ofensivo aquela com pena máxima não superior a 2 (dois) anos.

(D) não se afigura imprescindível a presença de advogado do autuado e da vítima na audiência de conciliação.

(E) somente a composição dos danos civis efetuada em caráter total importará a renúncia ao direito de representação ou queixa com a conseqüente extinção da punibilidade.

60. Sobre o Juizados Especiais Criminais, é CORRETO afirmar que:

(A) a condenação por contravenção transitada em julgado, no curso de período de prova, constitui causa revogatória facultativa da suspensão condicional do processo.

(B) da decisão que rejeita a queixa ou denúncia cabe recurso em sentido estrito, que será julgado pela Turma Recursal.

(C) da decisão que homologa a transação penal não cabe nenhum recurso, atentando-se que ela foi precedida de acordo entre as partes.

(D) outorgada a suspensão condicional do processo, competente para a fiscalização e controle das condições impostas é o Juiz da Vara das Execuções.

(E) nenhuma das alternativas é correta.

61. Sobre o uso do Mandado de Segurança no processo penal é CORRETO afirmar a pertinência de sua impetração contra decisão que:

(A) excluiu jurado da lista geral, com base em incomprovada acusação de inidoneidade.

(B) decidiu incidente de falsidade sem o cumprimento de carta precatória para oitiva do perito que realizou o exame de constatação da falsidade.

(C) inadmitiu o pedido de reconstituição de crime sob o fundamento da preclusão da matéria.

(D) indeferiu todas as perguntas do advogado às testemunhas, no curso da audiência de instrução, sob o fundamento de impertinência das indagações.

(E) inadmitiu o assistente de acusação em ação penal pública incondicionada.

62. Acerca da execução penal, é CORRETO afirmar que:

(A) a Lei de Execução Penal não se aplica ao preso provisório.

(B) sobrevindo condenação no curso da execução, não se poderá somar à nova pena o restante da que está sendo cumprida, para efeito de determinação do regime.

(C) o Juiz não poderá estabelecer condições especiais para concessão de regime aberto, devendo se ater às condições gerais e obrigatórias estatuídas na LEP.

(D) para que o condenado faça jus à progressão de regime, mister que atenda, concomitantemente, aos requisitos de natureza objetiva e subjetiva, representado este último pelo seu mérito em obter o benefício.

(E) ainda que o condenado descumpra, no regime aberto, as condições impostas, tal fato, por si só, não acarretará a regressão de regime.

63. Sobre os recursos, é INCORRETO afirmar que:

(A) não transita em julgado a sentença por haver omitido o recurso ex officio, que se considera interposto ex lege.

(B) o ordenamento jurídico o processual penal agasalha expressamente o princípio da fungibilidade dos recursos.

- (C) em caso de concurso de agentes, a decisão do recurso interposto por um dos réus aproveitará os demais, todavia, se fundado em motivos que não sejam de caráter exclusivamente pessoal.
- (D) se em apelação exclusiva da defesa constatar o Tribunal que o Juiz singular cometera equívoco ao conceder ao réu o sursis, o órgão ad quem estará impedido de proceder à sua cassação.
- (E) na hipótese de julgamento pelo júri, as apelações interpostas de suas decisões são plenas, devolvendo ao conhecimento do Tribunal ad quem toda matéria decidida em primeira instância.

64. Em tema de competência, é INCORRETO afirmar que:

- (A) a competência será determinada pela conexão probatória ou instrumental se, ocorrendo duas ou mais infrações penais, houverem sido umas praticadas para facilitar ou ocultar as outras, ou para conseguir impunidade ou vantagem em relação a qualquer delas.
- (B) se o Juiz da pronúncia desclassificar a infração para outra atribuída à competência de Juiz singular, deverá remeter o processo para o Juiz que seja competente para o julgamento, reabrindo, em qualquer caso, o prazo para defesa e indicação de testemunhas.
- (C) sendo de igual gravidade as penas imputadas aos delitos de furto e receptação, competente será o Juiz do lugar em que houver ocorrido o maior número de infrações.
- (D) compete à Justiça estadual comum, o processamento e julgamento de contravenção penal praticada em detrimento de bens, serviços ou interesses da União ou de suas entidades.
- (E) quanto ao crime de imprensa, lugar do delito, para determinação da competência territorial, é aquele em que é impresso o jornal ou periódico, e o do local do estúdio ou concessionário do serviço de radiodifusão, bem como o da administração principal da agência noticiosa.

65. No preâmbulo da Constituição Brasileira de 1988 inexistente referência expressa:

- (A) ao Estado Democrático de Direito.
- (B) aos direitos sociais.
- (C) aos direitos individuais.
- (D) ao pacto federativo.
- (E) ao desenvolvimento.

66. A supremacia formal é atributo das Constituições:

- (A) rígidas.
- (B) flexíveis.
- (C) principiológicas.
- (D) analíticas.
- (E) sintéticas.

67. As normas constitucionais insuscetíveis de emenda, com força paralisante de toda a legislação que vier a contrariá-las, são denominadas normas constitucionais:

- (A) com eficácia plena.
- (B) de eficácia plena e aplicabilidade imediata.
- (C) com eficácia absoluta.
- (D) de eficácia limitada.

(E) substantivas.

68. Detém legitimidade ativa para a propositura de ação direta de inconstitucionalidade interventiva nos Estados-Membros, por descumprimento de princípio constitucional sensível:

- (A) o Presidente da República.
- (B) o Governador de Estado.
- (C) o Procurador -Geral da República.
- (D) a Mesa de Assembléia Legislativa.
- (E) partido político com representação no Congresso Nacional.

69. No âmbito da interpretação da Constituição, a inexistência de hierarquia entre normas constitucionais é explicada pelo princípio:

- (A) do efeito integrador.
- (B) da unidade da Constituição.
- (C) da máxima efetividade.
- (D) da conformidade funcional.
- (E) da força normativa da Constituição

70. É vedado o alistamento como eleitores dos:

- (A) analfabetos.
- (B) brasileiros naturalizados.
- (C) oficiais das forças armadas.
- (D) brasileiros com mais de setenta anos de idade .
- (E) conscritos, durante o período do serviço militar obrigatório.

71. O veto oposto pelo Presidente da República a projeto de lei, por inconstitucionalidade, qualifique-se como:

- (A) veto jurídico.
- (B) veto político.
- (C) veto absoluto.
- (D) veto-sanção.
- (E) veto repressivo.

72. A Constituição brasileira de 1988 poderá ser emendada mediante proposta de mais da metade das Assembléias Legislativas das unidades da federação, manifestando-se, cada uma delas, no mínimo:

- (A) pela maioria relativa de seus membros.
- (B) pela maioria absoluta de seus membros.
- (C) pela maioria de 1/3 de seus membros.
- (D) pela maioria de 2/3 de seus membros.
- (E) pela maioria de 3/5 de seus membros.

73. A lei orgânica municipal atenderá ao seguinte princípio:

- (A) iniciativa popular de projetos de lei de interesse específico do Município, da cidade ou de bairros, através da manifestação de, pelo menos, um por cento do eleitorado.
- (B) inviolabilidade dos Vereadores por suas opiniões, palavras e votos no exercício do mandato e na circunscrição do Município.
- (C) proibições no exercício da vereança, no que couber, ao disposto na Constituição Estadual para os membros do Tribunal de Contas do Estado.
- (D) número de Vereadores proporcional ao eleitorado do Município.
- (E) fixação dos subsídios dos Vereadores, pela Câmara Municipal, no início de cada legislatura, por proposta do Prefeito Municipal.

74. Compete privativamente ao Presidente da República:

- (A) autorizar, em terras indígenas, a exploração e o aproveitamento de recursos hídricos e a pesquisa e a lavra de riquezas minerais.
- (B) aprovar, previamente, a alienação ou concessão de terras públicas com área superior a dois mil e quinhentos hectares.
- (C) autorizar operações externas de natureza financeira, de interesse da União.
- (D) nomear um terço dos Ministros do Tribunal de Contas da União, com aprovação do Senado Federal.
- (E) nomear todos os vogais do Conselho da República.

75. Relativamente às funções essenciais da justiça, vigora no sistema constitucional brasileiro a seguinte regra:

- (A) a Advocacia Geral da União é instituição essencial à função jurisdicional, que representa a União, judicial ou extrajudicialmente.
- (B) a Advocacia Geral da União é instituição permanente essencial à função jurisdicional, que representa a União, judicial ou extrajudicialmente.
- (C) a Advocacia é instituição permanente para a função jurisdicional do Estado.
- (D) a Defensoria Pública é instituição essencial à função jurisdicional do Estado.
- (E) o Ministério Público é instituição não permanente essencial à função jurisdicional.

76. A não-apreciação, pelo Congresso Nacional, do projeto de lei de diretrizes orçamentárias, na sessão legislativa ordinária, acarreta:

- (A) a prorrogação da sessão legislativa ordinária.
- (B) a convocação de sessão legislativa extraordinária.
- (C) a utilização de créditos adicionais para os recursos que ficarem sem despesas correspondentes.
- (D) a obrigatoriedade do envio de mensagem aditiva, pelo Presidente da República.
- (E) o sobrestamento de todas as demais deliberações legislativas.

77. De acordo com a Constituição brasileira de 1988, o sistema financeiro nacional, estruturado de forma a promover o desenvolvimento equilibrado do País e a servir aos interesses da coletividade, em todas as partes que o compõem, abrangendo as cooperativas de crédito, será regulado por:

- (A) lei complementar.
- (B) leis ordinárias.
- (C) leis complementares.
- (D) lei ordinária.
- (E) decreto legislativo.

78. NÃO constitui princípio previsto na Constituição brasileira de 1988, de observância obrigatória pelos Estados-Membros na organização de sua justiça:

- (A) as decisões administrativas dos tribunais serão motivadas, sendo as disciplinares tomadas pelo voto da maioria absoluta de seus membros.
- (B) o juiz titular residirá na respectiva comarca.
- (C) todos os julgamentos dos órgãos do Poder Judiciário serão públicos, e fundamentadas todas as decisões, sob pena de nulidade, podendo a lei, se o interesse público o exigir, limitar a presença em determinados atos, às próprias partes e a seus advogados, ou somente a estes.
- (D) previsão de cursos oficiais de preparação e aperfeiçoamento de magistrados como requisitos para ingresso e promoção na carreira.
- (E) o ato de remoção, disponibilidade e aposentadoria do magistrado, por interesse público, fundar-se-á em decisão por voto da maioria absoluta do Tribunal de Justiça, assegurada ampla defesa.

79. No domínio do Sistema Tributário Nacional, cabe à lei complementar:

- (A) instituir contribuição para o custeio do serviço de iluminação pública.
- (B) determinar medidas para que os consumidores sejam esclarecidos acerca dos impostos que incidam sobre mercadorias e serviços.
- (C) dispor sobre conflitos de competência, em matéria tributária, entre a União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios.
- (D) atribuir ao sujeito passivo da obrigação tributária a condição de responsável pelo pagamento de imposto ou contribuição, cujo fato gerador deva ocorrer posteriormente.
- (E) definir o ouro como a tivo financeiro ou instrumento cambial.

80. Exclui-se da competência do sistema único de saúde, prevista na Constituição:

- (A) colaboração na proteção do meio ambiente, nele compreendido o do trabalho.
- (B) participação na formulação da política e na execução de ações de saneamento básico.
- (C) execução das ações de vigilância sanitária e epidemiológica, bem como as de saúde do trabalhador.
- (D) ordenação da formação de recursos humanos na área da saúde e da assistência social.
- (E) incremento em sua área de atuação do desenvolvimento científico e tecnológico.

81. “A”, “B” e “C” constituíram sociedade limitada, mediante contrato escrito, mas não o registraram. A sociedade contraiu dívida, aceitando duplicata, mas não a pagou. O credor comprovou a entrega da mercadoria, protestou o título aceito e requereu falência. O credor poderia requerer a falência?

- (A) não, porque a sociedade devedora não é personificada.

- (B) sim, porque pode ser requerida a falência individual dos sócios.
- (C) sim, porque caracteriza a atividade comercial.
- (D) sim, porque no caso é presumida a má-fé dos sócios.
- (E) sim, desde que a constituição da sociedade se dê por escritura pública.

82. Empresário comercial é caracterizado:

- (A) pela atividade lucrativa.
- (B) pelo registro na Junta Comercial.
- (C) pelo exercício profissional de atividade econômica organizada para produção ou circulação de bens ou de serviços.
- (D) pela atividade lucrativa lícita.
- (E) pelo exercício profissional de atividade econômica organizada para produção de bens ou de serviços.

83. A Transportadora Belo Horizonte Ltda., concessionária de transporte coletivo, a título de propaganda, presenteou "X" com uma passagem. Houve acidente, sem culpa da transportadora, e "X" pediu reparação à empresa, negada porque se tratava de cortesia, situação a afastar pedido indenizatório. A recusa é justa?

- (A) Não, porque no caso a responsabilidade é objetiva, sem escapatória para a transportadora.
- (B) Sim, porque a empresa só escaparia na hipótese de culpa de terceiro.
- (C) Não, porque a empresa é obrigada a indenizar, com regresso contra o causador do dano.
- (D) Sim, porque a empresa está desobrigada, em razão da natureza do contrato.
- (E) Sim, porque a empresa é desobrigada, porque o transportado gratuitamente sabia que o acidente poderia ocorrer.

84. "A" emitiu nota promissória em nome de "B", com cláusula expressa vedativa de endosso. Apesar disso, "B" endossou para "C". Vencido o título, "C" buscou o pagamento, recusado por "A", sob a alegação de inexistência de vínculo entre eles, em razão da cláusula. Assinale a alternativa CORRETA.

- (A) "A" não é obrigado a pagar, porque "B" descumpriu a cláusula.
- (B) "A" não é obrigado a pagar, por inexistência de vínculo entre ele e "C".
- (C) "A" é obrigado a pagar, porque o título circulou.
- (D) "A" é obrigado a pagar, porque teve vantagem e, se não pagar, ocorrerá enriquecimento ilícito.
- (E) "A" é obrigado a pagar a "C", porque inválida a cláusula vedativa de endosso.

85. Carvalho & Cia Ltda celebrou contrato com o Banco Mundial S/A, ajustando-se prestações iguais e sucessivas. Acontece que a devedora experimentou insuportável queda de vendas, em virtude da morte de um dos sócios, justamente aquele que conseguia vender, dado seu bom nome na praça. A devedora pediu a resolução do contrato. A devedora tem direito à resolução?

- (A) Não, porque a morte era previsível.
- (B) Sim, porque a prestação se tornou excessivamente onerosa, em virtude do acontecimento insuperável, embora previsível.
- (C) Sim, porque ocorreu desequilíbrio financeiro da devedora.

- (D) Não, mas poderá impetrar concordata.
- (E) Não, mas poderá pedir que o Banco indique um administrador.

86. Na composição do nome (razão social) da sociedade de capital e indústria deve ser observado:

- (A) o patronímico apenas do sócio capitalista.
- (B) o patronímico de todos os sócios, porque se cuida de sociedade de pessoas.
- (C) o patronímico apenas do sócio de indústria.
- (D) o patronímico é escolhido livremente pelos sócios.
- (E) o patronímico do sócio registrado como empresário comercial.

87. Estabelecimento é o complexo de bens organizado para o exercício da empresa. A definição é:

- (A) correta, porque nela existem todos os elementos.
- (B) incorreta, por faltar menção a fundo de comércio.
- (C) incorreta, porque nela haverá de figurar os bens particulares dos sócios.
- (D) incorreta, porque nela falta o aviamento.
- (E) incorreta, porque nela falta a especificação da atividade.

88. Toda empresa é obrigada a ter e manter escrituração correta, EXCETO:

- (A) as sociedades simples.
- (B) as empresas de prestação de serviço.
- (C) as sociedades não personificadas.
- (D) as sociedades anônimas coligadas.
- (E) o pequeno empresário.

89. "A" adquiriu mercadoria de "B" e utilizou cartão de crédito. Quando o fornecedor buscou o pagamento ao emissor, este estava falido e as portas fechadas. O fornecedor procurou o titular, mas este recusou o pagamento, sob alegação de que, de acordo com o sistema de cartão de crédito, o pagamento caberá exclusivamente ao emissor. A recusa é válida?

- (A) Não, porque falido o emissor, o titular é obrigado a pagar.
- (B) Sim, porque o fornecedor deverá habilitar na falência do emissor.
- (C) Não, porque o fornecedor deve receber imediatamente e não habilitar em falência aberta.
- (D) Sim, porque a relação creditícia se estabelece, nos cartões de crédito, entre o emissor e o fornecedor, por ser contrato de filiação.
- (E) Não, porque enquanto não ocorrer o pagamento, o titular é devedor.

90. "A" emitiu cheque em favor de "B". Apresentado, o sacado recusou o pagamento, sob alegação de inexistência de data da emissão. O sacado agiu corretamente?

- (A) Sim, porque o beneficiário não poderia aceitá-lo sem data.
- (B) Sim, porque emitido o cheque, não pode mais ser completado.
- (C) Sim, porque no caso o beneficiário deverá buscar o pagamento ao emitente.
- (D) Não, porque cheque é ordem de pagamento à vista, pouco importando a existência de

data de emissão.

(E) Sim, porque a data é elemento essencial do cheque.

91. Segundo as disposições legais sobre licitações no âmbito da Administração Pública, está CORRETA a seguinte afirmação:

(A) havendo modificação do projeto, o contrato administrativo pode ser rescindido unilateralmente pela Administração.

(B) em caso de alteração unilateral do contrato, que aumente os encargos do contratado, a Administração deverá restabelecer o seu equilíbrio econômico-financeiro inicial.

(C) em casos excepcionais, a Administração poderá celebrar contratos com prazo de vigência indeterminado.

(D) a rescisão judicial depende da edição de lei autorizativa.

(E) o Judiciário não está obrigado a cumprir, nas obras que contratar, as regras da Lei 8.666, de 1993.

92. Todas as alternativas estão corretas, EXCETO:

(A) os órgãos e entidades dos municípios responsáveis pela proteção e melhoria da qualidade ambiental não integram o SISNAMA.

(B) a legislação municipal pode definir penalidades pelo não cumprimento de medidas necessárias à preservação ou correção dos inconvenientes e danos causados pela degradação da qualidade ambiental.

(C) o IBAMA está legalmente autorizado a celebrar convênios com os Estados, os Municípios e o Distrito Federal para desempenhar atividades de fiscalização ambiental.

(D) o pagamento de multa por infração ambiental imposta pelo município substitui a aplicação de penalidade pecuniária pelo órgão federal em decorrência do mesmo fato.

(E) os Municípios, observadas as normas e os padrões federais e estaduais, também poderão elaborar normas supletivas e complementares e padrões relacionados com o meio ambiente, observados, ainda, os que forem estabelecidos pelo CONAMA.

93. Assinale a alternativa INCORRETA.

(A) A lei pode desigualar situações.

(B) O princípio da igualdade (art. 5º CF) torna absolutamente inconstitucional qualquer lei que estabeleça diferença entre homem e mulher para efeito de ingresso no serviço público.

(C) O conteúdo do princípio da igualdade é o de impedir determinadas discriminações.

(D) O cidadão com 16 anos pode votar, mas não pode ser votado.

(E) O que se visa com o princípio da igualdade é impedir favoritismos ou perseguições injustificadas, que afrontem valores constitucionais.

94. Assinale a alternativa INCORRETA.

(A) Servidor celetista, se admitido mediante concurso público, também adquire estabilidade após três anos de exercício.

(B) O tempo de contribuição não pode ser fictício.

(C) O tempo de serviço pode ser computado integralmente para efeito de disponibilidade.

(D) O aproveitamento é o reingresso, no serviço público, de funcionário em disponibilidade.

(E) Eleito para exercer mandato de Vereador, o funcionário público, havendo compatibilidade

de horário, não precisa afastar-se do cargo.

95. É CORRETO afirmar que:

- (A) a possibilidade de decisões cada vez mais discricionárias da Administração vem sendo considerada, na maioria dos casos, como o meio mais adequada do para imprimir a celeridade hoje exigida para concretizar o escopo da lei.
- (B) o desvio de poder não vem sendo reconhecido como vício que possa macular a atividade legislativa, sendo mácula só imputável aos atos administrativos, visto que o legislador, se diretamente eleito pelo povo, é livre na atividade de produzir a lei.
- (C) há uma valorização dos aspectos formais na emissão de provimentos administrativos, visando resguardar, pela via do procedimento e da forma, princípios consagrados na defesa do administrado, como o da legalidade e da segurança jurídica.
- (D) o direito administrativo pós-moderno, ditado pela complexidade tecnológica e pela sofisticação dos meios macroeconômicos, não se conforma com uma atuação pré-moldada formalmente, de molde a inibir a atuação estatal e dificultar a rápida tomada de decisões de gestão.
- (E) há uma clara tendência da doutrina moderna, ao tratar do tema do direito adquirido, pela afirmação da inexistência de uma ultra atividade da lei antiga, em nome da razoabilidade das novas previsões normativas.

96. É CORRETO afirmar que :

- (A) servidor punido com pena de exoneração tem direito ao recebimento de vencimentos até a data da edição do ato de afastamento.
- (B) o Ministério Público, ao propor a ação popular, poderá instruí-la com o inquérito civil que tiver promovido.
- (C) em caso de concurso de créditos decorrentes de condenação prevista na Lei 7347, de 1985, e de indenizações pelos prejuízos individuais resultantes do mesmo evento danoso, estas terão preferência no pagamento.
- (D) na ação civil pública, como na ação popular, não há condenação em honorários advocatícios.
- (E) a ação popular deve ser proposta no foro do local onde ocorrer o dano, observado o prazo prescricional de cinco anos.

97. Assinale a alternativa CORRETA.

- (A) Poder de polícia e ordem de polícia são expressões equivalentes.
- (B) Ao editar lei que institui taxa, o poder legislativo exerce uma forma atípica de poder de polícia.
- (C) O poder de polícia incide sobre bens, direitos ou pessoas.
- (D) O poder de polícia incide sobre pessoas.
- (E) O poder de polícia incide sobre bens, direitos ou atividades.

98. Assinale a alternativa CORRETA.

- (A) É vedado consignar na LDO a possibilidade de transferências de recursos para entidades privadas.
- (B) A lei orçamentária anual não pode consignar crédito com dotação limitada.

- (C) As contas do Poder Judiciário, nos Estados em que haja Tribunal de Alçada, serão apresentadas separadamente ao respectivo Tribunal de Contas.
- (D) É nulo de pleno direito o ato de desapropriação de imóvel urbano sem o atendimento ao que dispõe o art. 182, par. 3º, da CF, ou prévio depósito judicial do valor da indenização.
- (E) A Lei de Responsabilidade Fiscal não admite renúncia de receita pelos Municípios.

99. Assinale a alternativa CORRETA.

- (A) Os bens dominicais podem ser alienados, desde que respeitados os institutos de direito público aplicáveis à espécie, isto é, a legitimação de posse e a retrocessão.
- (B) Os bens de uso comum do povo não podem ser alienados.
- (C) O aforamento e a permissão de uso são institutos que se equivalem.
- (D) A legitimação de posse é, em regra, precedida de um processo de discriminação de terras devolutas.
- (E) As terras devolutas só podem ser exploradas no regime de monopólio.

100. Assinale a alternativa CORRETA.

- (A) Existe apenas uma modalidade de desapropriação sem indenização.
- (B) O ato declaratório da desapropriação é sempre de natureza legislativa.
- (C) A mera declaração de utilidade pública, por ser de natureza imaterial, não produz efeitos concretos.
- (D) A desapropriação sancionatória depende do interesse social declarado.
- (E) Os danos emergentes não devem ser incluídos na indenização.

GABARITO

1-A	26-A	51-B	76-A
2-C	27-C	52-E	77-C
3-E	28-B	53-C	78-E
4-A	29-D	54-C	79-C
5-B	30-E	55-B	80-D
6-C	31-A	56-A	81-C
7-A	32-D	57-E	82-C
8-D	33-E	58-B	83-D
9-D	34-E	59-B	84-E
10-C	35-D	60-A	85-B
11-E	36-A	61-E	86-A
12-B	37-B	62-D	87-A
13-C	38-C	63-E	88-E
14-D	39-E	64-A	89-D
15-A	40-E	65-D	90-E
16-C	41-B	66-A	91-B
17-C	42-A	67-C	92-A
18-C	43-A	68-C	93-B
19-B	44-E	69-B	94-A
20-A	45-D	70-E	95-C
21-E	46-C	71-A	96-C
22-C	47-A	72-A	97-E
23-B	48-D	73-B	98-D
24-B	49-D	74-D	99-D
25-A	50-A	75-D	100-A